



Expansão favorece vários produtos do país

Anna Jaguaribe

Desde o início do seu processo de reformas em 1978, a China vem surpreendendo o Ocidente com a sua capacidade de mudança e a criatividade institucional com que afronta transformações radicais. Hoje, à China tem um maior número de anos dedicados à experimentação e reforma do que teve na construção do socialismo.

A política de expansão do mercado interno prevista no 12º plano quinquenal aprovado em março de 2011 representa uma espécie de reviravolta no processo de consolidação da economia de mercado. O programa não deve ser visto como uma medida anticrise, compensatória, uma espécie de plano B do crescimento, mas sim como um umbral fundamental de reformas, talvez tão impactante como o início do processo, em 1978.

Para analistas como Yasheng Huang, os anos 80, de abertura ao mercado, foram os anos mais criativos do processo de reforma, fase em que o empreendedorismo chinês deslancha em todos os campos e o “animal spirits” do capitalismo, com características chinesas, começam a se antever.

O que se propõe hoje é algo muito distinto e se trata, na verdade, de um compósito de objetivos que visam reequilibrar a economia, estimular o consumo por meio de uma política de rendas e de seguro social, reformar o sistema financeiro para facilitar o crédito e, sobretudo, consolidar o mercado interno como base de sustentação de uma economia verde e de inovação.

Ou seja, propõe-se uma mudança no eixo do crescimento da China. Termina uma fase de globalização da economia que visava o processo de incorporação de tecnologias e que posicionou o país como polo manufatureiro mundial, sobretudo no complexo eletrônico, e se abre uma nova fronteira de produção que busca ser verde, sustentada pelo mercado interno e movida por inovações chinesas.

A política de expansão do mercado interno chinês abre uma discussão que vai além das possibilidades comerciais que daí podem decorrer. A política coloca em pauta questões chave para os países emergentes de renda média, isto é, como criar valores adicionais que promovam o crescimento sustentável da economia. De que modo a virada para uma economia verde, como preconizam China e EUA, abre oportunidades para as economias emergentes e, se assim for, que tipo de capacitações são necessárias para um novo regime de produção?

O mercado interno na China vem se expandindo de forma constante na última década, seja em número de consumidores como em faixa de renda e produtos. A in-

dústria cresce em amplos setores como construção civil, alimentar e cultural; acompanha a expansão do consumo produzindo “brands” e estilos nacionais que incorporam tecnologias de fronteira. Hoje a China se alimenta mais e melhor, consome bens de consumo duráveis e tem particular apreço por seus próprios produtos.

A indústria cultural é um bom indicador. A China tem a maior população de internautas do mundo e a Tcent, Alibaba e Taobao competem com Yahoo e ebay. O consumidor chinês é econômico e as companhias de internet, zelosas da boa relação entre pagamento e entrega, trabalham para garantir a satisfação do consumidor. A indústria cultural floresce na produção artística e no mundo da concepção, design e arte digital. Todas essas características fazem da China um ótimo exemplo de como a globalização da produção e a codificação do conhecimento transformam processos de produção, mas ressaltam especificidades culturais nos mercados internos.

Começam a se delinear mudanças institucionais que levam à reorganização do sistema financeiro

A expansão do mercado na China vem atrelada a uma política de distribuição de renda, gradualmente aplicada para sustentar o consumo interno: aumento nos salários (que em 2011 atingiu 20%) e nas aposentadorias, melhorias nos serviços e fundos de saúde e de previdência. Medidas que visam estimular o gasto, diminuindo a insegurança sobre despesas de previdência e saúde, abreviando a diferença de rendas entre o campo e a cidade.

As políticas de expansão do mercado visam igualmente facilitar a produção industrial, melhorando o acesso ao crédito. Começam a se delinear mudanças institucionais que levam à reorganização do sistema financeiro, maior acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas, expansão do mercado de capitais e das ofertas inerentes a esse mercado, culminando no futuro próximo com a abertura da conta capital e a internacionalização do remimbi como moeda de reserva mundial. Na China de hoje cresce exponencialmente o número de fundos de investimentos estrangeiros. Porém, o que não se sabe é se os mercados fora da China, Brasil incluído, estão prontos para a abertura da conta de capital na China.

Barry Naughton descreve o processo de reformas da China como um processo de crescimento para fora do plano. Os planos quinquenais de hoje têm um caráter muito distinto dos exercícios de planejamento da economia comandada.

Os objetivos já são traçados partindo de possíveis sinergias entre o público e o privado na transformação do espaço econômico.

O 12º plano prioriza grandes objetivos: sete áreas em que capacitações devem ser desenvolvidas para que a China possa atingir a fronteira do conhecimento, mudança de regime energético, medidas socioeconômicas que garantam maior e melhor distribuição de rendas e uma reforma financeira que permita o investimento necessário para fazer do mercado interno e inovação chineses fatores primários do crescimento. Como aponta o Banco Mundial no relatório China 2030, a China organiza-se para ter não somente seu “brand” na economia verde e inovação no processo de produção de bens e serviços, mas para que as multinacionais chinesas possam expandir mercados por meio de suas próprias inovações.

O que propõe a China é radical e difícil de ser implementado. Sai-se de uma política de “catching-up” e de “fine tuning” entre privado e público que caracterizou o processo de reformas até agora, para um mundo em que as tão almeçadas “win-win situations” não são mais garantidas. O 12º plano foi desenvolvido com metas a serem cumpridas através do investimento estatal e por empresas públicas em setores estratégicos, mas sobretudo depende da expansão do setor privado e do sistema nacional de inovação. A China é uma economia cada vez mais aberta e em vias de reformar seu sistema financeiro, abrindo a conta capital e expondo-se mais às veleidades do mercado global.

A virada verde para a China é uma medida de pragmatismo econômico, visto a devastação da agricultura e das cidades do país por danos ambientais. Porém, a aposta na economia verde é, sobretudo, a abertura de uma nova fronteira de valor adicional e inovação. Nesse sentido, a China aproxima-se dos americanos, que também apostam que as inovações de processo e produto, associados à economia verde, entendida no seu sentido mais amplo de um desenvolvimento socioeconômico sustentável, serão a próxima fronteira de valor econômico agregado e de propriedade intelectual.

As regras para uma boa política industrial mudam radicalmente em um mundo onde os serviços são codificados e protegidos por regimes de propriedade intelectual, a linha divisória entre a nova manufatura e o serviço é tênue, como fica cada vez mais claro na indústria digital e na produção fragmentada globalmente, mas reorganizada em cadeias produtivas regionais. John Zyzman e Dan Breznitz (Brie Policy Papers 181) argumentam que a busca de posições competitivas na criação de valor adicional já não pode depender somente de apostas em

campeões nacionais e aumentos significativos nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

É necessário, nesse mundo novo, a identificação de capacitações e de domínios de competência, que possam levar à inovação. Nesse contexto, passam a ser relevantes: a capacidade de acessar e processar conhecimento, a estrutura da burocracia do conhecimento, os espaços de colaboração entre a indústria e pesquisa e, igualmente fundamental, um diálogo sobre a natureza e a direção dos investimentos entre o Estado e indústria.

O debate sobre a ameaça da China para a indústria brasileira não tem levado a um posicionamento crítico que possa responder às perguntas sobre como aprofundar relações econômicas e possíveis parcerias com a China que se renova. Segundo os dados de 2011 do Conselho Empresarial Brasil China, o intercâmbio comercial entre os dois países teve um aumento relativo a 2010 de 43% nas exportações e de 21% nas importações, sendo os investimentos chineses no Brasil hoje estimados em US\$ 12 bilhões.

Esse intercâmbio é ainda majoritariamente um comércio das grandes estatais chinesas. Entender como e por que essa dinâmica econômica ocorre é fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento e crescimento econômico. A extensão do mercado interno e a eventual abertura da conta capital irão modificar esse quadro, abrindo novas possibilidades para os dois lados. Essas possibilidades passam pela disponibilidade e preparação do empresário em entender o que se passa no mercado chinês e a do sistema financeiro e dos bancos brasileiros em acomodar a demanda que o alargamento do crédito e do sistema financeiro da China poderá proporcionar.

No mais imediato, a expansão do mercado interno chinês significa consolidar e expandir uma direção do comércio Brasil-China já existente: commodities e alimentos e penetrar o mercado interno em expansão com produtos que expressem vantagens comparativas e exclusividades nacionais.

Embora o crescimento mais lento da China possa refletir-se no comércio das commodities, a expansão do consumo interno favorece uma gama grande de produtos de exportação brasileira, de produtos agrícolas a alimentos processados e semi-processados, madeiras e celulose.

Mas as oportunidades para o Brasil e China vão além do upgrading do presente. São as novas capacitações associadas ao desenvolvimento sustentável, inovação pesquisa e produção de processos e produtos associados às energias renováveis, a urbanização sustentável e a informatização e codificação dos serviços, assim como a formação de redes e instituições

de apoio à inovação, onde a relação entre os dois países pode crescer potencialmente muito.

Em jogo estão fronteiras de produção que podem acomodar vastas complementaridades de pesquisa e investimentos conjuntos e que abarcam a pesquisa espacial, a ambiental e agrícola. O programa conjunto entre a Coppe-UFRJ e a Universidade de Tsinghua, assim como os centros de pesquisa da Embrapa na China, são exemplos dessa nova fronteira de cooperação. Empresas brasileiras como a Suzano já investem na China em projetos conjuntos na fronteira do conhecimento de sua área de produção.

O professor Antonio Barros de Castro argumentava que a China havia mudado o valor dos ativos no mundo econômico e a acomodação do Brasil ao mundo sinocêntrico nos obrigaria a rever grandes áreas de especialização industrial, mas traria também uma nova fronteira de oportunidades. A ascensão da China rompe com nossas certezas sobre modelos de crescimento e nos obriga a ter um olhar experimental sobre as opções estratégicas de crescimento sustentável com distribuição de rendas.

Em jogo estão fronteiras de produção que podem acomodar vastas complementaridades

O comércio, como não esquecer os chineses que cultivam o guanxi, é uma atividade social baseada no conhecimento de práticas, valores, capacidades e necessidades. As estratégias de comércio não são homogêneas e não são adaptáveis, mas construídas na base de entendimentos mútuos.

O Brasil é parco no seu conhecimento e entendimento sobre a China. São escassos os centros de estudos sobre a China e os empresários, o governo e a sociedade civil em geral carecem de instrumentos de informação adequados às relações políticas e econômicas existentes e necessárias para a formulação de políticas públicas e estratégias privadas.

Até o presente, o esforço de pesquisa sobre a China no Brasil tem sido isolado e pontual. A maior parte das pesquisas tem o alcance de estudos de casos e carece de apoio institucional e de suporte financeiro para se transformar em grandes investigações com potencial para à indústria.

As relações de conhecimento entre os dois países são frequentemente trianguladas por centros de conhecimento americanos e europeus, que vêm investindo há pelo menos três gerações na criação de centros especializados em estudos sobre a China. Nós, do Instituto de Estudos Brasil-China

(IBRACH), temos perfeita consciência da urgência em recuperar o atraso e reduzir a lacuna de informações e diálogo entre o Brasil e a China, desenvolvendo networks de informação e pesquisa voltados tanto para o empresariado como para a academia.

O Brasil, por exposição geográfica, tradição e cultura, é um país Atlântico e deve agora posicionar-se para o fato de que o centro econômico e produtivo do mundo esteja se deslocando para o Pacífico. Entender a China é entender a dinâmica econômica, política e tecnológica da Ásia e da América Latina e do Brasil na Ásia. Conhecer as práticas empresariais que emergem nesse contexto e engajar-se no circuito dos mercados asiáticos e na nova dinâmica comercial que está emergindo na Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Os EUA há muito reconhecem esse fenômeno e concentram sua política externa na defesa de suas posições no Pacífico e em uma estratégia comercial que usa a tecnologia como moeda de troca para uma maior participação nos setores de serviço e na expansão do setor financeiro da China.

Apesar da diversidade cultural e histórica que nos separa, China e Brasil têm um enorme acervo e coisas em comum. São culturas de convivência e espírito coletivo. São países que experimentam com políticas distributivas, enfrentam problemas urbanos de densidade e sustentabilidade a serem resolvidos com soluções que não têm modelos pré-estabelecidos e países onde em todos os aspectos das atividades econômicas e sociais, o bom convive com o deficiente e com o parco.

A fronteira de conhecimento associada ao processamento e transformação de recursos naturais e renováveis e as cadeias produtivas e de serviços que daí decorrem indicam um caminho promissor para ultrapassar a armadilha.

A China fez enormes avanços no sistema universitário e de pesquisas, o Banco Mundial no seu relatório China 2030, indica que hoje a China tem 22 universidades entre as 500 melhores do mundo e se prepara para ter 200 milhões de pessoas com títulos universitários em 2030, um número que equivale quase à inteira população do Brasil de hoje. O momento não podia ser mais propício para se desenvolver redes abertas de pesquisa e inovação. O potencial da relação Brasil-China é enorme. Os dois países têm conhecimentos e desafios que permitem uma colaboração bilateral e atuação conjunta global que vai bem além da parceria comercial.

Anna Jaguaribe é socióloga, diretora do Instituto de Estudos Brasil-China, IBRACH e professora visitante da UFRJ. Viveu e pesquisou na China de 1998 a 2003